



BAHIA

FISCALIZAÇÃO SINDICAL NAS ESCOLAS: SINDICATO DENUNCIA A ESCOLA SIGGA A PF E PREFEITURA



LADO A LADO COM OS VIGILANTES

Sindicato forte, você forte!



Imagem retirada da internet

VIGILANTES DE LUTA, SEM PELEGO, SEM PATRÃO!

A Fiscalização Sindical do Sindvigilantes/Bahia na escola SIGGA (ex-SEV) na manhã desta terça-feira (06/10) flagrou o desrespeito ao protocolo de proteção dos trabalhadores contra o Covid 19. Numa sala de aula com pouca ventilação mais de 60 colegas se amontoavam perigosamente para assistirem as aulas. Nenhum respeito ao distanciamento.

Para reabrir, as escolas firmaram compromissos com as Prefeituras e se comprometeram a respeitar protocolos e procedimentos de segurança contra o coronavírus. Mas a SIGGA segue abusando e dando mal exemplo.

Nesta quarta-feira (7/10) o Sindicato protocola as denúncias junto a Polícia Federal e a Prefeitura de Lauro de Freitas, inclusive pedindo a suspensão do funcionamento da escola.

Para o Sindicato à volta as aulas era necessário e positivo, principalmente para os vigilantes desempregados. Mas não com irresponsabilidades.

A nossa atenção com as escolas de curso de vigilância vai continuar.

A vida, sempre, em 1º lugar!

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

FGTS RN Segurança



A Durante o ano de 2019 o SINDSEGUR empreendeu várias fiscalizações junto aos vigilantes em seus postos, oportunidade em que tomou conhecimento de irregularidades, principalmente em relação a ausência dos depósitos da Fundo de Garantia pela RN Segurança.

Assim sendo, através de sua assessoria jurídica capitaneada pelos advogados do sindicato, foi ajuizado uma ação coletiva para obrigar a empresa a regularizar o pagamento das competências do FGTS.

Em audiência de conciliação presidida pelo Juízo do Centro de Conciliação de Solução de Conflitos do Tribunal Regional do Trabalho de Natal, foi possível trazer para mesa a SEMSUR, devedora da RN Segurança, e construir uma

solução no interesse da categoria, a qual foi aprovada pela Assembleia de vigilantes. Sendo assim, a partir de setembro de 2020 iniciou a regularização das competências dos FGTS.

No entanto, é de fundamental importância que aqueles trabalhadores que ainda não tiveram suas contas vinculadas do FGTS regularizadas, entrem em contato com o sindicato, através de assessoria jurídica para regularizar sua situação.

O sindicato por sua vez sempre esteve presente e atuante na defesa dos direitos do trabalhador, a sua diretoria no seu dia-a-dia vem buscando o bem estar da categoria para que ela se sinta representada pelo Sindsegur. Denúncias telefone: 3322-2076.

FONTE: Sindsegur/RN

Segurado do INSS pode contestar benefício negado mesmo após 10 anos

Possibilidade de contestação foi ampliada nessa segunda-feira após decisão do Supremo Tribunal Federal



ANTONIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pode contestar o benefício negado, cessado ou cancelado a qualquer momento.

A decisão, tomada nessa segunda-feira (5/10), altera dispositivo da Lei 13.846, publicada em junho do ano passado. Essa legislação é a mesma que criou o pente-fino do INSS.

O texto estabelecia que o prazo de decadência do direito do segurado do INSS para contestar o benefício indeferido, cancelado ou cessado seria de 10 anos.

Com a decisão da Suprema Corte, o beneficiário pode esperar mais que esse tempo, se preciso for, para entrar na Justiça e pedir a contestação da negativa.

“O núcleo essencial do direito fundamental à

previdência social é imprescritível, irrenunciável e indisponível” escreveu o ministro do STF Edson Fachin, relator do processo.

“Motivo pelo qual não deve ser afetada pelos efeitos do tempo e da inércia de seu titular a pretensão relativa ao direito ao recebimento de benefício previdenciário”, prosseguiu.

Dessa maneira, uma pessoa que há 12 anos teve um pedido de pensão por morte negado, por exemplo, poderá pedir, a partir de agora, a revisão do requerimento.

O prazo decadencial de 10 anos, no entanto, segue para a revisão de benefícios já concedidos. Esse período é contado a partir do primeiro mês de pagamento do benefício previdenciário.

FONTE: METROPOLES

Sindicatos protestam contra demissões pelos bancos

Tuitaço contra demissões no Itaú fica entre assuntos mais comentados; banco acusa o baque e emite comunicado aos funcionários, mas campanha continua



De Sindicatos de bancários de todo o país estão em campanha contra as demissões pelos bancos. Na sexta-feira, um tuitaço contra as demissões pelo Itaú esteve entre os assuntos mais comentados da rede. Com a hashtag #ItaúNãoDemitaMeusPais, o protesto procurou mostrar não apenas que o banco descumpriu o compromisso de não demitir funcionários durante a pandemia, mas também que a responsabilidade social pregada pelo Itaú em suas peças publicitárias nem sempre e colocada em prática por ele mesmo.

Em uma só tacada, o banco demitiu 130 funcionários na área de Veículos, além de outras que ocorram em agências bancárias.

“O banco teve lucro líquido de R\$ 28 bilhões no ano o passado e nos seis primeiros meses de 2020, mesmo com a pandemia, lucrou R\$ 8 bilhões. Mas, ao mesmo tempo de desenvolveu campanha publicitária para mostrar seu lado humano, demite funcionários durante a maior crise sanitária vivida pelo país nos últimos 100 anos. Tamanha incoerência não pode ficar oculta. Numa hora dessa, o banco precisa mostrar sua responsabilidade com as pessoas,

com o país,” afirmou Jair Alves, coordenador da Comissão de Organização de Empresa (COE) do Itaú.

Banco acusa o baque

Na própria sexta-feira o banco divulgou um comunicado interno aos seus funcionários falando sobre a atuação pessoal nas redes sociais. Para Jair, trata-se de uma tentativa de intimidar os funcionários e reduzir a participação dos funcionários nas ações dos sindicatos.

“Nossa ação de sexta-feira foi muito boa. As demissões pelo Itaú foram um dos assuntos mais comentados nas redes. Com a desculpa de que está pregando o respeito à diversidade de gênero, cultura, raça, condição social, religião, idade e até convicções políticas e filosóficas, o banco ameaça com o código de ética que deve ser cumprido pelos funcionários com as postagens em redes sociais que possam afetar a imagem do banco”, observou o dirigente. “Mas, o banco tem que tomar cuidado com suas atitudes. Além das demissões em plena pandemia, um comunicado como esse, enviado aos funcionários bem no dia de um tuitaço, pode manchar a imagem do banco bonzinho, responsável socialmente que é transmitido em suas peças publicitárias”, disse Jair.

Campanha continua

O coordenador da COE do Itaú disse, no entanto, que a campanha contra as demissões continuará, com um novo tuitaço na próxima sexta-feira (9).

“Queremos que o banco cumpra com o compromisso de não demitir durante a pandemia. Reveja estas demissões e realoque estes

funcionários. Vamos continuar a campanha e contamos com a colaboração dos trabalhadores. Mesmo que, para evitar perseguições, tenham que criar perfis alternativos para não serem identificados”, ressaltou, lembrando que a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), sindicatos e federações da categoria orientam os funcionários a não utilizarem computadores e celulares dos bancos para atividades de uso pessoal.

No tuitaço da próxima sexta-feira os sindicatos usarão uma outra hashtag: #ItauPareDeAmeçarMeusPais.

Outros bancos

Além do Itaú, o Santander, o Bradesco e o Mercantil do Brasil também estão demitindo funcionários em plena pandemia. “Todos estes bancos, haviam se comprometido em não demitir funcionários durante a pandemia. Mas, mesmo tendo lucros bilionários, desrespeitaram esse compromisso e colocaram mãos e pais de família na rua da amargura, em plena pandemia”, observou a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira. “Com as demissões, os bancos contribuem para o aumento do desemprego no país, que já era alto, e dificultam a recuperação da economia”, concluiu Juvandia.

FONTE: CONTRAF-CUT

47% das mulheres já sofreram assédio sexual no trabalho, aponta pesquisa

Maioria dos assédios é contra trabalhadoras negras e com renda de até dois salários. Para secretária da Mulher Trabalhadora, empresas precisam falar mais sobre isso e sindicatos da CUT devem intensificar atuação



Reinventar o ambiente profissional inclui combater o assédio sexual!. A afirmação acima é a frase inicial do resultado do estudo “O ciclo do assédio sexual no ambiente de trabalho”, feito em parceria pelo Think Eva e LinkedIn, divulgado nesta terça-feira (10). Isso porque

entre as 381 mulheres ouvidas, 47% afirmaram já ter sofrido assédio sexual no local de trabalho.

Mas, em plano ano de 2020, o crime que pode ser punido com 1 a 2 anos de detenção, ainda é tabu dentro das empresas e os assediadores se valem da impunidade. Este é principal motivo

alegado por 78,4% das mulheres pesquisadas como barreira para a denúncia. Outras 63,8% alegaram políticas ineficientes para combater o assédio e o medo foi maior para 63,8% delas.

A sensação de impotência faz com que o silêncio e a solidão sejam os resultados mais recorrentes. O constrangimento e a impunidade do agressor levam a mulher a ser a única a sofrer as consequências - uma em cada seis vítimas de assédio sexual no local de trabalho pede demissão.

“Num país onde o desemprego bate recorde todo mês como as mulheres vão denunciar um crime de um chefe dentro de um ambiente que não tem um protocolo que proteja esta mulher, tanto em relação ao emprego quanto ao próprio assediador?”, questiona a secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Juneia Batista.

Segundo ela, é fundamental que as empresas criem estratégias para que os locais de trabalho sejam lugares livres de violência, que reafirmem esse posicionamento em suas políticas de Recursos Humanos e que realmente protejam as mulheres.

“Falar mais sobre o assunto e demonstrar que o meio ambiente do trabalho se preocupa com a proteção da mulher acabam inibindo o assediador e fortalece a mulher para ir atrás dos seus direitos. É preciso receber as denúncias, ouvir as partes, punir, caso se confirme o crime, e só assim as mulheres poderão viver num local de trabalho livre de assédio”, ressalta Juneia.

Questão de raça e classe

A pesquisa também apontou que o racismo é um dos fatores que agravam a condição das mulheres negras, porque 52% das mulheres que afirmaram sofrer assédio sexual no trabalho são negras. A desigualdade social também se destaca no estudo, 49% das assediadas recebem entre dois e seis salários mínimos e

o Norte (63%) e Centro-Oeste (55%) têm uma concentração maior de relatos do que as outras regiões.

“Estabelecer políticas que combatam o assédio precisa caminhar junto com a construção de organizações que vislumbrem um futuro antirracista, antissexista e mais igualitário para todas as mulheres”, diz outro trecho da pesquisa.

“Não tenho dúvidas que a escravidão deixou esta herança para as mulheres negras, que sempre foram vistas como objetos sexuais. Elas são sempre as mais afetadas, tanto no quesito violência, feminicídio, desemprego e também no assédio sexual e nós precisamos mudar esta realidade. E, é para isso que lutamos todos os dias”, ressaltou Juneia.

CUT e sindicatos

Segundo a dirigente, que é assistente social e representante do Sindicato dos Servidores Públicos de São Paulo (Sindsep), a CUT está construindo coletivamente um protocolo de combate a assédio sexual para dentro da entidade e para as filiadas.

Juneia contou que no Sindsep há canais de denúncia para vítimas de assédio, psicólogos e atendimentos específicos para atender este público.

“No ano passado fizemos a campanha ‘o serviço é público, nosso corpo não’, justamente para mostrar para os trabalhadores e governantes que estamos de olho neste crime e iremos proteger as mulheres no âmbito jurídico e psicológico”, explicou.

Confederações, federações e sindicatos da CUT também trabalham com este tema nos locais de trabalho e a cada ano que passa, segundo dirigentes do Coletivo Nacional da Mulher Trabalhadora, esta é uma pauta cada vez mais essencial. A desigualdade entre homens

e mulheres já são grandes, com este tipo de problema tende a piorar.

A secretária de Comunicação do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Priscilla Chandretti, disse que na categoria o problema vem de todos os lados. Chefes, colegas de trabalho e fonte, as pessoas que são as entrevistadas, são os sujeitos que cometem este tipo de crime.

Ela conta que 1 em cada 10 jornalistas já sofreu assédio sexual e quanto se trata de fontes, 6 a cada 10 já viveram esta situação nas redações. E desde 2016, segundo a dirigente, a entidade tem feito uma série de iniciativas para combater o problema.

Priscila conta que o sindicato tem um canal de denúncias, mas começou a perceber que não funcionava porque as mulheres têm medo de fazer denúncias e a entidade começou a agir de forma incisiva nas Campanhas Salariais. Depois de 4 anos em discussão, nas mesas de negociação o sindicato reivindica às empresas que as pessoas que denunciam não tenham seus dados divulgados, tenham estabilidade enquanto durar a investigação e que o assediador seja demitido.

“Só conseguimos conquistar no Acordo Coletivo de Trabalho de Jornais e Revistas a questão dos dados, mas o restante ainda está sendo difícil. Nos últimos anos a gente tem tentado proteger mais o que temos para não perder mais direitos, com este governo. E quando se trata de avanço fica mais difícil. As jornalistas precisam se aproximar do sindicato e lutar conosco contra este crime, só assim as empresas poderão ter melhores práticas e proteger melhor as vítimas de assédio sexual”, finaliza Priscila.

Quem fala mais sobre o tema

Outra questão interessante é que quanto maior o rendimento, maior a frequência com que

as discussões relativas a esta pauta acontecem. As mulheres que mais falam sobre assédio são as que ocupam o cargo de gerência, as acima de 55 anos e as profissionais que desempenham funções em nível pleno ou sênior.

Sentimentos e saúde emocional

Raiva, nojo, medo, impotência, vergonha, humilhação e culpa são os sentimentos que as mulheres vítimas de assédio sexual sentem e quando se trata de classe econômica mais baixa a sensação de insegurança é maior. Mulheres pretas e pardas são a maioria que afirma sentir vergonha por ser vítima de assédio sexual.

Além disso, as participantes afirmam terem sentimentos como cansaço (31,7%) e falta de confiança em si e nos outros (30,3%). Sintomas de ansiedade e depressão também são comuns e aparecem em quarto lugar no ranking.

On-line e Offline

A pesquisa foi a primeira realizada sobre o tema em ambientes profissionais on e offline. O estudo estava previsto para ser feito de forma física, mas com a pandemia precisou ser adaptado.

“O assédio ultrapassou a barreira imposta pelo distanciamento social. Durante conversas e reuniões online, o crime continuou acontecendo”, diz trecho da pesquisa.

Com um índice de confiabilidade de 99%, o questionário online recebeu 414 respostas. Conscientes da diversidade brasileira -e de como alguns contextos podem tornar determinados grupos sociais mais ou menos suscetíveis a violências-, a mostra, que teve o recrutamento via Instituto Netquest, é representativa da população brasileira em relação à raça, região, idade e renda, considerando o público presente na internet.

*Matéria editada por Rosely Rocha

Fonte: CUT

Com obstruções, Câmara encerra sessão. Oposição e centrais querem MP do auxílio emergencial

Objetivo é preservar o valor de R\$ 600. Governo quer reduzir pela metade

Por Redação RBA

Maryanna Oliveira/Câmara dos Deputados Fonte:
Agência Câmara de Notícias



Câmara viveu um dia de obstruções, sem votação de matérias

Com obstruções realizadas tanto pela oposição como pela base aliada, a Câmara encerrou a sessão desta terça-feira (6) sem deliberação. A oposição quer pôr em votação a Medida Provisória (MP) 1.000/2020, que prorroga o auxílio emergencial até dezembro. Mas mantendo o valor de R\$ 600, como defendem as centrais sindicais. O governo quer reduzir para R\$ 300. Na semana passada, dirigentes foram ao Congresso pressionar pela preservação do valor integral.

Para o líder da Minoria, deputado José Guimarães (PT-CE), o Executivo atua contra a votação de sua própria MP para evitar a aprovação de emendas que preservam o valor atual. “O governo faz de tudo para deixar a MP caducar porque já está com Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

seus efeitos produzidos. O governo comete irresponsabilidade com o Congresso”, afirmou. Segundo o parlamentar, este é o “principal sustento da economia brasileira” atualmente.

Governo queria menos ainda

O líder do PSB, Alessandro Molon (RJ), lembrou que a MP 1.000 nem foi lida pela presidência da Casa. “Não temos nenhuma garantia que venha a ser votada ou sequer debatida. Não é razoável que o presidente da República baixe pela metade o valor do auxílio emergencial aprovado pelo Congresso, e o Congresso não se manifeste”, criticou.

Outros parlamentares lembraram que o governo, na origem, era contra o auxílio de R\$ 600. A equipe econômica defendia um benefício de apenas R\$ 200. “Sem ele, milhões de brasileiros teriam passado fome. A redução de R\$ 600 para R\$ 300 foi cruel. Quem perde é justamente a população mais pobre”, disse a líder do Psol, Sâmia Bomfim (SP). Sua colega do PCdoB, deputada Perpétua Almeida (AC), comentou que muitos dos 67 milhões de beneficiários do auxílio estão fora do Cadastro Único. “Depois de 1º de janeiro, nem o Bolsa Família vão receber.”

Com informações da Agência Câmara

Fonte: RBA

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF